

2 de Março 2020  
Segunda-feira  
Semanário - Ano 5  
Nº 198  
Director-Geral  
Evaristo Mulaza



### SONANGOL

## Lucros sobem para 5,4 mil milhões USD

A redução dos custos em 5,12% permitiu à Sonangol alcançar lucros antes dos impostos na ordem dos 5.400 milhões de dólares. Os cálculos são da própria petrolífera, que apresentou os resultados do exercício de 2019, em Luanda, na última semana, por ocasião do seu 44º aniversário. **Pág. 10**

VE



ATRIBUIÇÃO DA 4ª. LICENÇA NAS TELECOMUNICAÇÕES

## Apenas uma operadora internacional submeteu candidatura

Pág. 22

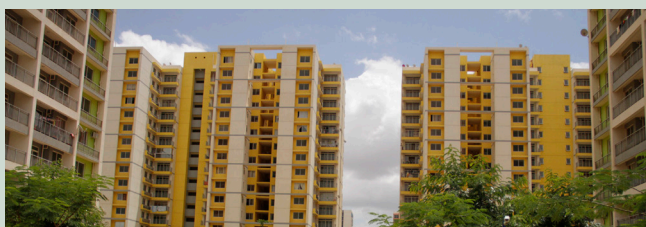
JOSÉ JUNÇA, DIRECTOR DA TURA

# “Esse metro de superfície é uma cavalaria muito alta”

**ENTREVISTA.** Há pelo menos 30 anos de serviço nos Transportes, José Junça faz “intervenções a sério”, quando se trata de identificar problemas e propor soluções. Mas também tem opinião sobre o resto da agenda política. Aos 75 anos, vê motivações pessoais no combate à corrupção, sabe que há selectividade e finaliza que “há práticas antigas que se mantêm”. **Págs. 4 a 7**

### DESVALORIZAÇÃO DE ACTIVOS EM CAUSA

## Arrestos colocam o Estado na mira da justiça



**ANÁLISE.** Os juristas Albano Pedro e Bruno Dissidi não têm dúvidas de que o Estado se arrisca a “processos atrás de processos”, caso determinados bens arrestados pelos tribunais e pela PGR sejam restituídos aos proprietários degradados ou desvalorizados. De resto, há pelo menos um processo já confirmado contra o Igape. **Págs. 8 e 9**

Mário Mujetes © VE

# Editorial

## SONANGOL BIPOLAR

A narrativa do novo paradigma em Angola tem particularidades, no mínimo, curiosas. Invariavelmente - diríamos - cheia de paradoxos. E as contradições vão ao ponto de colocar uma 'empresa-Estado' como a Sonangol a manifestar sintomas visíveis de bipolaridade na interpretação da Lei. Da mesma Lei de sempre, diga-se por reforço.

Vem a propósito o exemplo da controversa aquisição de mais 25% da Unitel, anteriormente detidos pela brasileira Oi. Por semanas a fio, o VALOR questionou o interesse que a petrolífera pública manifestava na compra dos activos da Oi na operadora angolana. E as interrogações colocaram-se, essencialmente, com três argumentos. O primeiro é político: o reforço da petrolífera na Unitel contrariava o programa de privatizações do Governo que inscreveu a alienação dos então 25% da Sonangol até 2022. O segundo é económico: a estatal não havia esclarecido o

racional económico-financeiro por detrás da operação, na medida em que, entre outras exigências, teria de fazer recurso a financiamento para concretizar o negócio. O terceiro é legal: o negócio entre a Sonangol e a Oi potenciaria necessariamente algum conflito, já que o direito de preferência dos demais accionistas seria posto em causa.

A operação, como se esperava, entretanto, avançou. À questão política e económica a Sonangol deu a mesma resposta. Qualquer coisa justificada com a oportunidade de valorização do investimento para uma venda futura mais lucrativa. E porque apenas a Sonangol domina as contas que fez, neste quesito merece o benefício da dúvida.

O mesmo não é válido, contudo, quanto ao argumento apresentado para relativizar o risco legal. A bipolaridade na interpretação da Lei aqui é inquestionável. Basta um recuo aos factos. Há pouco mais de quatro anos, a Sonangol juntou-se à Vidatel e à Geni para contestar, na justiça angolana, a entrada dos brasileiros na Unitel, por via da aquisição da Portugal Ventures.

Na análise da petrolífera, o então accionista português não teria respeitado o acordo parassocial da Unitel, porque, tendo optado por sair da estrutura por decisão própria, tinha a obrigação de colocar os seus 25%, em primeiro lugar, à disposição dos seus parceiros. A justiça angolana analisou os factos e sentenciou a favor dos queixosos.

Paradoxalmente, a Sonangol declara hoje publicamente que não vê qualquer risco legal, uma vez que comprou a PT Ventures e não os 25% da Unitel. O que não diz é como não percebeu antes que a brasileira Oi também não havia comprado os 25% na Unitel, mas antes a PT Ventures.

Resumindo, das duas uma: ou a justiça angolana equivocou-se em toda a extensão, ao dar razão à Sonangol no passado. Ou a Sonangol está a servir de instrumento de retenção/agregação das acções da Unitel para serem transferidas em algum momento para algum sortido. E, claro, se a primeira hipótese é, pelo menos, humilhante; a segunda, a confirmar-se, será no limite um escandaloso assalto a coberto do Estado.



### FICHA TÉCNICA

**Director-Geral:** Evaristo Mulaza  
**Directora-Geral Adjunta:** Geralda Embaló

**Editor Executivo:** César Silveira  
**Redacção:** Antunes Zongo, Isabel Dinis, Júlio Gomes e Suely de Melo  
**Fotografia:** Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuessa  
**Secretária de redacção:** Rosa Ngola

**Paginação:** Edvandro Malungo, Francisco de Oliveira e João Vumbi  
**Revisores:** Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló

**Colaboradores:** Cândido Mendes e Mário Paiva  
**Propriedade e Distribuição:** GEM Angola Global Media, Lda  
**Tiragem:** 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15

**GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:**  
Geralda Embaló e Evaristo Mulaza  
**Assistente da Administração:** Geovana Fernandes  
**Departamento Administrativo:** Jessy Ferrão e Nelson Manuel  
**Departamento Comercial:** Geovana Fernandes

**Tel.:** +244941784790-(1)-(2)  
**N° de Contribuinte:** 5401180721  
**N° de registo estatístico:** 92/82 de 18/10/82  
**Endereço:** Rua Fernão Mendes Pinto, n° 35, Alvalade, Luanda/  
Angola, Telefones: +244 222 320510;  
222 320511 Fax: 222 320514  
**E-mail:** administracao@gem.co.ao;  
comercial@gem.co.ao

# A semana

## 3 PERGUNTAS A...



### Rodrigues Chipango Sacuaha,

administrador do Luacano

**Como se gere um município sem serviços bancários?** Isso, obviamente, impede o desenvolvimento. Mesmo os funcionários, para receberem salários, têm de se deslocar ao Luena, Luau, ou à Lunda-Sul. Assim, também os empresários que queiram investir aqui encontram esta grande dificuldade. Mas é do conhecimento do Governo central. Além disso, estamos limitados ao Caminho de Ferro de Benguela (CFB), o que não é suficiente para o movimento interno de mercadorias.

### E as telecomunicações?

Só temos a rede da Unitel e só se consegue falar por mensagens. Não temos internet. Portanto, estamos arredados do mundo, da globalização.

### Sem estradas o lago Dilolo fica longe?

Exactamente! No âmbito do PIIM, tornamos público recentemente um concurso para terraplanagem do troço sede municipal/lago Dilolo de 62 km. A obra está orçada em 300 milhões de kwanzas. A sua execução vai alavancar o turismo e potenciar a pesca neste que é o terceiro maior lago de África. Lamentavelmente, neste momento não conseguimos lá ir por causa da inundação. Também queremos que o Governo pense na construção da estrada Luacano/Bié, para dar dignidade ao CFB.

**18**  
**TERÇA - FEIRA**  
O vice-governador do Kuando-Kubango para o sector técnico e infra-estruturas, Antas Miguel, anuncia a pretensão de criação de um plano estratégico para o desenvolvimento da província nos sectores do turismo e da agricultura.



**SEGUNDA-FEIRA** A Indústria Angolana de Óleos Vegetais (Induve) anuncia o investimento de 20 milhões de dólares na construção de uma unidade de processamento de farinha de trigo, desde o ano passado, com capacidade de processar 700 toneladas/dia. O objectivo passa por ajudar o sector a acabar com o défice existente no mercado, de modo a responder ao repto de redução das importações.

**19**  
**QUARTA - FEIRA**  
O Banco Mundial disponibiliza perto de 8,8 milhões de euros para o financiamento de projectos de construção de novas redes de abastecimento de água e ligações domiciliárias nos bairros periféricos do Uíge, segundo a presidente do conselho de administração da empresa de águas do Uíge, Emília Dias Fernandes.

**20**  
**QUINTA - FEIRA**  
O Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos abre concurso público internacional para a contratação de três avaliadores independentes para classificar e determinar o preço base de venda de diamantes brutos de Angola.



**21**  
**SEXTA - FEIRA**  
A representante permanente de Angola junto das Nações Unidas em Nova Iorque, embaixadora Maria de Jesus Ferreira, reafirma o engajamento do país em acções que promovam a liberdade e o bem-estar dos países da África Austral.



**15**  
**SÁBADO**  
A Empresa Nacional de Distribuição de Energia Eléctrica efectua 800 novas ligações domiciliárias, 1.885 das quais previstas para até final deste ano, no Soyo, Zaire, segundo o encarregado da rede local de baixa-tensão, José Russo Filipe.



**16**  
**DOMINGO**  
O Ministério da Agricultura e Florestas desenvolve um plano piloto para cadastrar as principais áreas de produção no Huambo, Bié e Malanje, informa o consultor do ministro da Agricultura António Sozinho.



## COTAÇÃO



### BOLSAS EUROPEIAS VOLTAM A INICIAR NO VERDE...

A maioria das principais bolsas europeias iniciou esta semana no verde contrariamente ao início da semana passada em que se registou um recuo médio de 3%. O índice de Lisboa, o PSI-20, fechou nos 4.816 pontos (+1,06%) e foi o mais bem-sucedido face aos congéneres. Contribuíram para este desempenho as acções da REN, que valorizaram 5,56%, assim como as da EDP (+2,30% para 4,32 euros), da Galp (+2,30% para 12,66 euros) e da Sonae (+3,04% para 0,7295 euros).



### ... COM EXCEÇÃO PARA ALEMÃ E ITALIANA

As bolsas italianas e alemãs foram as únicas do velho continente a iniciar a semana com saldo negativo. O índice DAX 30 (Frankfurt) ficou em queda de 0,27% a 11.857; enquanto o italiano FTSE-MIB ficou em queda de 1,50% aos 21.655. Para o saldo negativo da Bolsa de Frankfurt concorreram, sobretudo, a queda de 6,50% das acções da Deutsche Lufthansa AG, assim como de 3,96% da Deutsche Bank AG e ainda da Siemens AG (1,67%) e Adidas AG (1,58%).

# Entrevista



JOSÉ AUGUSTO JUNÇA, DIRECTOR-GERAL DA EMPRESA DE TRANSPORTE URBANO RODOVIÁRIO DE ANGOLA (TURA)

## “Na justiça também há marimbondos”

Aos 75 anos, ainda fica surpreendido com a política e com as opções económicas em Angola. Por isso, confessa sentir-se “profundamente enganado”. A experiência e a idade dão-lhe liberdade para criticar abertamente dirigentes do MPLA e não tendo dúvidas de que há práticas antigas que se mantêm. Apoianta do combate à corrupção, vê nela também motivações pessoais de João Lourenço. Ligado aos transportes há 30 anos, José Augusto Junça é contra a construção do Metro em Luanda para já e admite que ninguém quer investir nos transportes rodoviários, porque “não são rentáveis”.

Por Emídio Fernando

**C**omo está a situação dos transportes? No geral, está muito mal. Nos transportes rodoviários de passageiros por autocarros, a cidade de Luanda precisaria de, no mínimo, de sete mil autocarros.

**E quantos tem?**  
Não deve ter 100.

**E como se vai buscar o restante?**

Só com um reforço financeiro do Governo já que as empresas estão descapitalizadas, porque, ao longo dos anos, não se atenderam os transportes públicos como deveria ser feito. Os custos de exploração não são cobertos e não há retornos. As empresas foram definhando e até pararam com o transporte urbano. O transporte inter-provincial ainda é rentável.

**Com as empresas descapitalizadas, qual seria a solução?**

Um investimento do Governo a fundo perdido.

**Tem noção de quanto é que o Governo precisaria de investir?**

Não estou a dizer que gostaria que o Governo comprasse sete mil autocarros. Se fosse possível comprar faseadamente, provavelmente poderia resolver-se as dificuldades quase na totalidade. Os autocarros não podem exceder características mecânicas normais do Euro 4 (padrão europeu de emissões de gases), que são monitorizações electrónicas e não temos pessoal formado nessas áreas. Depois é o próprio abastecimento de acessórios. É preciso garantir o abastecimento destes com regularidade. Se

forem chineses, temos de ter um armazenamento de peças num período mínimo de seis meses que é o tempo que demora a importação da China. Depois zelar pelo comportamento das massas, que são as pessoas e não as massas de lubrificação. Pintam a manta demais. Entendemos que, desde que haja um buraco num autocarro, a pessoa entra. Mas não pode ser assim.

**Mas isso precisaria de mais educação ...**

O que é muito difícil. As pessoas não querem trabalhar...

**Se o Governo, por acaso, decidir comprar os sete mil autocarros acredita que há gente suficiente para trabalhar neles?**

Não há assim tanto. Têm de ser formados. Por isso é que o investimento tem de ser parcelar.

**Acredita que o Governo está a pensar em fazer esse investimento?**

Não sei. Nunca falámos, apesar de ter recebido João Lourenço, na Tura. Conversámos apenas. Se forem atribuídos anualmente 100 autocarros às empresas licenciadas e a fundo perdido pode ser que as coisas comecem a funcionar.

“As empresas estão descapitalizadas, porque ao longo dos anos, não se atenderam os transportes públicos como deveria ser feito. Os custos de exploração não são cobertos e não há retornos.”

Mário Mujetes © VE



## Perfil

José Augusto Junça assume-se como um “branco preto”, como é conhecido nos bairros. Dedicado aos desportos náuticos há 40 anos, teve a vida profissional ligada às comunicações e aos transportes. Trabalhou na Rádio Nacional de Angola como técnico há mais de 20 anos. Esteve nos serviços de comunicação da Presidência da República. Foi gerente da antiga Tecnidata. Passou também pela Cosal. É director-geral da Tura há 16 anos. Nasceu no Tômbwa, no Namibe. É militante do MPLA, há mais de 40 anos e, hoje, aos 75 anos, garante ser fiel ao partido e, como tal, disciplinado.



### Há investidores privados interessados nos transportes públicos?

Provavelmente sim, mas, nas condições actuais, não acredito. Não há retorno. Os transportes públicos não são rentáveis. A menos que haja lavagem de dinheiro e outras jogadas financeiras, ninguém está disposto a colocar dinheiro. O título do bilhete não cobre sequer os custos de exploração.

### O que é preciso então para que haja interessados em investir nos transportes?

Tem de actualizar as condições de comercialização.

### Aumentando o preço dos bilhete?

Com o Estado a participar na diferença. O público pode pagar de um a 100 kwanzas, mas o Estado tem de compensar depois. As pessoas não têm dinheiro, de facto, e muito menos para comer. As massas proletárias não têm dinheiro, nem para comer. Tenho trabalhadores cujos filhos foram dispensados da escola por falta de dinheiro para pagar propinas.

### O Estado deve continuar a subvencionar os transportes?

Tem de subvencionar. Obrigato-

riamente. Se não o fizer, não teremos transportes públicos.

### E o Estado tem condições para o fazer?

O Governo tem de fazer. O Governo é uma coisa e os elementos que estão no Governo são outra. Há camaradas que têm carros e estão-se marimbando para os transportes. Como têm carros assegurados e gasolina paga não querem saber de quem usa os transportes públicos. O resto não importa.

### O senhor devia ser chamado a ter mais intervenção na política nos transportes?

Quando me quiserem convidar, que me convidem.

### E não o têm convidado?

Não.

### Porquê?

Talvez o ministro, como faz parte da política dos ‘workshops’, não tenha orçamento suficiente. O último conselho consultivo foi no Lobito. Houve um recentemente que nem tive conhecimento.

### Sendo responsável de uma empresa como a Tura não deveria ser chamado?

Acho que deveria ser chamado, até porque sou interventivo. Faço intervenções a sério.

### Talvez por isso não o chamem...

Não sei. Talvez se sintam ‘apalados’. Ficam melindrados com as intervenções. Tenho o coração ao ‘pé da boca’ e, quando me convidam, é para ouvir as verdades.

### Quanto é que Angola precisaria para fazer um investimento a sério nos transportes?

Para cada uma das operadoras, Angola precisaria de mais de um milhão de dólares por ano. E sendo uma compra de autocarros do Governo o valor pode baixar. Não posso é aceitar que esses autocarros escolares custem 255 mil dólares cada um. Estão a brincar.

### O que era essencial na política dos transportes?

Acima de tudo, disciplina e responsabilização, quer aos concessionários quer aos concessionados. Por exemplo, o Instituto Nacional dos Transportes Rodoviários é o quê? Aliás, há outras entidades de transportes servem para quê?

### O que pensa do actual ministro dos Transportes?

É um jovem honesto e quer fazer acontecer. Mas a estrutura do Ministério é a mesma praticamente. Só mudaram talvez umas pinturas e uns efeitos.

### Quando diz que a estrutura é a mesma, está pessimista?

Quero apenas dizer que estou indeciso. De facto, não é o ministro que faz tudo. O ministro tem de ter uma boa equipa para poder brilhar. O Herminio Escórcio, por exemplo, não entendia nada de petróleos e nem sequer tinha candeieiros de petróleo, mas rodeou-se de uma equipa de luxo. Foi o melhor director-geral que passou na Sonangol. Na altura, até dizíamos que a empresa tinha quadros nas prateleiras.

### E é isso o que falta hoje ao Ministério dos Transportes?

Acredito que sim.

### Se o senhor fosse ministro dos Transportes o que faria?

Pedia demissão. São áreas muito complexas e grandes.

### O ministro dos Transportes devia chamar outras pessoas?

Sim. Está bem-intencionado, mas não tem pessoal suficiente para atender a tudo. Por exemplo, a Marinha Mercante é complexa e não é a Secil que a vai resolver. Há erros de palmatória que estamos sempre a cometer. Um dos responsáveis da Secil tinha sido electricista. Não pode. Muitos só vão para esses cargos por serem do partido ou da ‘bófia’. Não pode.

### A construção do metro de superfície é uma boa ideia?

É. Mas não para já. É bom que se comece a pensar nisso, mas não para já. Não sei se ideia é só para agradar os alemães, com esse orçamento de 3,5 mil milhões.... O Metro não pode ser justificação para fazer aumentos, como o IVA. Tudo agora é culpa do IVA.

### O Metro pode prejudicar possíveis investimentos nos transportes rodoviários?

É evidente. Estive recentemente numa reunião com as federações dos desportos e a ministra dos Desportos. A federação a que pertença (de desportos náuticos) vai receber 11 milhões de kwanzas. Temos cinco modalidades. Não chega para uma. Uma única des-

locação ao estrangeiro come tudo isso. Mas não há dinheiro.

### PAÍS SAQUEADO

### E pode acontecer o mesmo com os transportes?

Naturalmente. Não há dinheiro. Este país foi saqueado. Foi saqueado. E não foi só pelo antigo Presidente, José Eduardo dos Santos. Mas ele permitiu muita coisa.

### E tinha condições para travar?

Tinha. Tínhamos uma polícia de inteligência à altura. Para umas coisas serve e para outras já não serve? Não brinquem comigo. Tenho 75 anos de vivência aqui, conheço bem o ‘mambo’. Não venham com estórias.

### Está portanto decepcionado?

Muito. Nunca pensei que chegasse ao ponto onde chegou. Nem no tempo da guerra vivíamos com essa pobreza e essas dificuldades. Já para não dizer no tempo do colono. Não sou eu apenas a dizer isso. Fale com os mais velhos e eles dizem isso, nunca vivemos assim.

### O que acha do actual Presidente?

É evidente que João Lourenço fez parte do sistema. Ele que esteve por dentro do sistema tem de virar isso.

### Vai conseguir?

Sim, se tiver apoios.

### De que apoio é que o Presidente precisa?

Para já, tem de fazer umas limpezas particularmente no partido. É ostentação de mais. Há camaradas que não são camaradas coisa nenhuma. Mesmo agora com o casamento da filha do General ‘Dino’. Cinco milhões de dólares que aquilo custou? É uma afronta ao povo. É uma afronta! Ele que fosse casar a filha no Tibete, mas não aqui.

### Que limpezas é que propõe?

Há camaradas ali que estão no Comité Central e no Bureau Político que não podem estar. Não podem estar, porque são corruptos, ou melhor, têm sinais de riqueza que não podem justificar.

### Esse combate à corrupção no MPLA não é novo. Já em 1980, José Eduardo dos Santos usava as mesmas palavras que hoje João Lourenço usa. Porque é

Continua na página 6

# Entrevista

Continua da página 5

**que nada foi feito?**

Fui profundamente enganado como militante do partido.

**Apercebeu-se disso quando?**

Há três ou quatro anos. Mais precisamente quando foi decretado pelo ex-Presidente a 'tolerância zero' à corrupção.

**Ainda se sente enganado?**

Ainda, porque isto não passa de um dia para o outro.

**Apoia o actual combate à corrupção que está a ser feito pelo Presidente da República?**

Naturalmente que sim. O país foi muito roubado, muito, muito.

**Não acha estranho que o Presidente, tendo chegado a secretário-geral do MPLA, só se tenha apercebido da corrupção depois de chegar à presidência da República?**  
Por isso é que digo que ele está por dentro do esquema.

**LIMPEZA TOTAL**

**E esse combate tem sido o suficiente?**

Ainda não temos uma justiça à altura para fazer isso. A nossa justiça ainda é débil. Mesmo na justiça também há marimbondos. Isto está tudo manietado de Cabinda ao Cunene. A limpeza não pode ser total e imediata. Tem de ser paulatina. É evidente que as figuras mediáticas são as que estão mais expostas. O que me aborrece, nos militantes do partido, é que querem justificar o injustificável. Todo o mundo sabe. O povo do asfalto sabe. O de Angola profunda nem sabe quem eles são.

**Há na política de João Lourenço uma motivação pessoal?**

Provavelmente.

**E as motivações pessoais devem sobrepor-se às do Estado?**

Não, de maneira nenhuma. João Lourenço sofreu na pele o facto de ser subordinado do antigo Presidente.

**Foi ministro da Defesa, secretário-geral do MPLA, vice-presidente da Assembleia Nacional... Isso é sofrer na pele?**

Sofreu antes quando disse que podia ser Presidente da República. Podem existir outras motivações que desconheço.

*Há camaradas que têm carros e estão se marimbando para os transportes. Como têm carros assegurados e gasolina paga não querem saber de quem usa os transportes públicos.*

*A nossa justiça ainda é débil. Mesmo na justiça também há marimbondos. Isto está tudo manietado de Cabinda ao Cunene. A limpeza não pode ser total e imediata. Tem de ser paulatina.*

**Concorda então que há um combate em que a família do antigo Presidente é atingida?**

Sim. Tudo culpa de José Eduardo dos Santos que permitiu tudo isso. Mas há outros. O actual Presidente é um estratega. É general, estudou na Rússia. É jogador de xadrez. Não pode abrir várias frentes de combate se não vai perder.

**Acha que vai abrir outras frentes?**

Sim.

**Se não abrir?**

Pode dar-se mal.

**Fala-se em protegidos...**

Fala-se que Manuel Vicente tem uma fortuna de 60 mil milhões de dólares. Como? Como isso é possível?

**Não acha que tem sido protegido pelo Presidente da República?**

Talvez o João Lourenço necessite dele ainda.

**Ainda?**

Sim.



**José Augusto Junça,**  
director-geral da  
empresa Transporte  
Urbano Rodoviário de  
Angola (TURA)

**Então, porque o MPLA aprovou o nome de Manuel Pereira da Silva?**

Por conviência de muitos. Para já, a presidência do partido, de João Lourenço e o seu secretariado geral. Não é a primeira vez que o MPLA é acusado de manipular as eleições. Dá-se esta nomeação e as coisas continuam. Não pode.

**É um erro de João Lourenço?**

É um erro do partido.

**Não receia que este combate à corrupção possa dividir o MPLA?**

Naturalmente que vai dividir. Quando Higinio Carneiro se permite fazer afrontas ao partido, isto está mal. Se tem críticas ao partido, deve fazê-las lá dentro.

**E pode? Não pode sofrer represálias?**

Não sei, mas ele tem de assumir as suas responsabilidades.

**O MPLA aceita isso?**

Esse é um dos graves problemas do MPLA. Alguns militantes em cadeiras importantes não são honestos, são uns lambe-botas. E continuam. Só mudaram a 'casaca'.

**Indirectamente, está a dizer que João Lourenço ainda não tem mãos no MPLA?**

Sim, ainda não, na sua totalidade. Mas vai ter se o partido o ajudar.

**Como vê a política económica do país?**

O país está falido. O Governo tem de andar com muita coerência e não se pode meter em cavalarias altas. E esse metro de superfície é uma cavalaria muito alta. Devíamos ter outro comportamento.

**Que aposta económica é que deveria ser feita?**

A aposta devia ser nas pessoas. Na educação. É nas pessoas que tem de se investir. E esse investimento não está acontecer. Essa coisa de apostar em universidades em tudo quanto é canto não resulta. Vamos ver a qualidade dos quadros que de lá saem e a maior parte é para meter no lixo.

**Não receia do destino das empresas que estão a ser arrestadas?**

Não. Mal do Estado se não fizesse esse asseguramento.

**Confia que vai haver uma boa gestão?**

Vai haver gestão. Agora se vai ser boa é que não sei.

**E depois?**

Encosta-o.

**Necessita dele para...?**

Como acessório de qualquer coisa. Manuel Vicente e outros não podem continuar a ter a vida que têm. Não podem. Fizeram mil vezes pior do que o colono fez.

**Partilha da ideia de que o combate está a ser selectivo?**

Tem de ser selectivo.

**Só com os mais próximos ao ex-Presidente?**

Onde está o Augusto da Silva Tomás? Quem é que deu mais nas vistas? Por exemplo, como é que a 'Tchizé' é membro do Comité Central? Quem é a 'Tchizé'? Como é que ela chegou lá? Ela foi para militante por ser filha do Presidente e não pelos elevados serviços prestados ao partido.

**Mas chegou a questionar isso?**

Não. As pessoas tinham de andar de boca fechada.

**E hoje já podem andar de boca aberta?**

Mais aberta. Mas nem tanto.

**Porquê?**

Por causa das represálias directas ou indirectas. Há práticas antigas que se mantêm. Particularmente nas províncias, em que o governador é o deus daquilo tudo. E não pode ser. Não pode.

**Marcolino Moco chegou a falar de uma justiça restaurativa...**

Não. O camarada Marcolino que me desculpe, mas não. Há determinado nível de inteligência em que as pessoas sabem o que fazem. A maior parte dos tais marimbondos sabia o que estava a fazer. Actualmente, ainda há pessoas que estão a ser presas por desvios. Não sabem o que fazem? Estão a brincar. As pessoas não têm consciência. O novo presidente da CNE não pode ter o currículo manchado, com um desvio de 50 milhões. Diz que foi um erro. Não pode ser.

 LaLiga Santander  
Experience



**zap**

**GANHE UMA VIAGEM A BARCELONA**



Carregue o pacote ZAP Max ou ZAP Premium, habilite-se a ganhar uma viagem em Maio para Barcelona com tudo pago e assista ao vivo o jogo FC Barcelona e RCD Espanyol.

**QUANTO MAIS CARREGAR MAIS HIPÓTESES TEM DE GANHAR!**

#LaLigaExperience

FC Barcelona  VS  RCD Espanyol



Obrigatório ter Passaporte válido.  
Campanha válida de 15 de Fevereiro a 5 de Abril de 2020.  
Consulte o regulamento no website, Facebook ou numa loja ZAP.

[www.zap.co.ao](http://www.zap.co.ao)

# Economia/Política

BENS ARRESTADOS E APREENDIDOS

# Obras de manutenção dos bens podem criar problemas ao Estado

**JUSTIÇA.** No âmbito da recuperação de alegados activos do Estado, vários bens móveis e imóveis encontram-se arrestados e apreendidos. Advogado acusa Igape de incapacidade de manutenção dos bens sob sua custódia. E interroga-se sobre capacidade do Estado de cumprir obrigação de manter os bens, tal como recebeu.

Por César Silveira

O Estado pode, no futuro, ser confrontado “com processos atrás de processos” para pagar ou indemnizar

danos a bens que hoje estão arrestados e/ou apreendidos, se não se acautelar devidamente a questão da manutenção destes activos, segundo os juristas Albano Perdo e Bruno Dissidi.

“Estou, lá mais para frente, a ver processos atrás de processos a correrem contra o Estado para pagar e ou indemnizar. Não acredito que o orçamento tenha contemplado despesas para este fim”,



Albano Pedro, Advogado

sublinha Albano Pedro.

O arresto e/ou apreensão de activos, sobretudo de imóveis, tem sido uma das medidas de eleição da Procuradoria-Geral da República por via da Direcção de Recuperação de Activos, havendo também decisões semelhantes do Tribunal de Luanda.

A medida, que tem como principal objectivo evitar a dispersão

dos activos por parte dos proprietários, enquanto decorrem os processos judiciais, pode representar um esforço financeiro complementar para o Estado, considerando que é sobre si que recai a obrigação de manutenção dos imóveis ou a garantia do normal funcionamento das empresas arrestadas, segundo entendimento de Albano Pedro.

“Toda a despesa de manutenção dos bens apreendidos é da responsabilidade do Estado. Aqui até se fala no pagamento da energia eléctrica, despesas de manutenção e benfeitorias necessárias, telefone, água”, explica, acrescentando que, se um destes serviços for interrompido e o restabelecimento representar custo, este deve ser reparado pelo Estado. “Imagine que o proprietário tenha um contrato que paga um valor mínimo mas, por falta de pagamento, é-lhe cortado o fornecimento e, em caso de reactivar o contrato, tenha de pagar um valor alto, é evidente que quem terá de assumir é quem apreendeu o bem. Portanto, aqui não é só a pintura, mas tudo que é manutenção, a água da piscina ou a relva que não está a ser tratada. Tudo o que chamamos

Mário Mujetes © VE



despesas de manutenção corre por conta de quem apreendeu o imóvel”, insiste Albano Pedro.

O mesmo entendimento tem o também advogado Bruno Dissidi, para quem “a gestão de todo o acervo imobiliário” recai sobre o fiel depositário e, como tal, deve ser responsável “por todas as obras de manutenção”.

No entanto, Albano Pedro admite a hipótese de ser o proprietário a realizar a manutenção “por mero capricho”, já que “estaria a facilitar o trabalho de quem apreendeu”. De outra forma, esclarece, “a única tarefa do proprietário passa a ser a de notificar a procuradoria ou o tribunal sobre o período das manutenções”.

## JOAQUIM SEBASTIÃO PONDERA PROCESSAR IGAPE

O antigo director-geral do Instituto Nacional de Estradas de Angola, Joaquim Sebastião, considerando a “incapacidade do Igape (Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado)”, enquanto fiel depositário de fazer a manu-



**A ORGANIZAÇÃO DOS PAÍSES** Exportadores de Petróleo (Opep) e parceiros incluindo a Rússia, um grupo conhecido como Opep+, se reuniu em Viena em 5 e 6 de março para discutir medidas adicionais para apoiar o mercado de petróleo devido aos impactos do vírus sobre a demanda.



**Edifícios** do CIF apreendidos pela PGR, no âmbito do combate à corrupção

órgãos de justiça não ignorarem a possibilidade de o Estado vir a perder em alguns destes processos por isso alerta para o cumprimento da lei quanto a bens arrestados e apreendidos.

### O ESTADO SÓ GANHA

No entanto, os especialistas que falaram ao VALOR alertam que a necessidade de o Estado conservar os bens não se apresenta importante apenas para evitar processos contra si no futuro. Mas também para manter o valor dos activos e, sequencialmente, garantir bons negócios no futuro nos casos em que o desfecho dos processos serem favoráveis ao Estado.

Alertam também para a possibilidade de a desvalorização destes activos interessar a determinadas pessoas no sentido de virem a aproveitar-se da posição profissional que ocupam para concorrerem à aquisição dos mesmos e a preço irrisório.

### OS BENS ARRESTADOS

No leque de bens arrestados pela PGR, destacam-se cerca de 30 imóveis, distribuídos entre Angola, Brasil e Portugal, bem como uma dúzia de veículos do antigo director do Instituto Nacional de Estradas, Joaquim Sebastião. Há ainda bens pertencentes ao CIF, onde se destacam 24 edifícios, duas creches, dois clubes náuticos, três estaleiros de obras e respectivos terrenos adjacentes, numa área total de 114 hectares, na urbanização Vida Pacífica (Zango Zero), município de Viana, em Luanda. Da mesma lista, fazem parte, igualmente, 1.108 imóveis inacabados, 31 bases para a construção de edifícios, 194 bases para a construção de vivendas, um estaleiro e respectivos terrenos adjacentes, numa área de 266 hectares, localizada no distrito urbano do Kilamba, município de Belas, em Luanda.

Por seu turno, o tribunal ordenou o arresto dos prédios rústicos designados por lotes G13 e G14, numa área de 674 metros quadrados, localizada na comuna da Chicala, de Bento Kangamba. E ainda o prédio número 255, localizado na Ingombota, além de quatro veículos de Bento Kangamba. Em termos de activos empresariais, o tribunal decretou o arresto das participações de Isabel dos Santos em nove empresas, incluindo a Unitel, o BFA, o banco BIC, a Cimangola, a Sodiba, o Candando e a Finistar, que controla o negócio da televisão.



respondido. A não resposta para nós indica rejeição”, explica o advogado Bangula Quemba.

Esta mesma residência foi assaltada supostamente pelas polícias que faziam a guarda e, pelo sucedido, Joaquim Sebastião prepara a apresentação de uma queixa. “Já comunicámos que vamos intentar uma acção contra o Igape por danos patrimoniais e não patrimoniais, não vamos esperar que o processo termine. Estamos à espera da abertura do ano judicial”, adianta o causídico, que também lamenta a falta de manutenção das viaturas “que, há um ano, não se movimentam, nem as põem a trabalhar, pelo que, nesta altura, devem estar estragadas”. “Só para lhe dar um paralelo, o que aconteceu no processo do BNA. Os bens que foram apreendidos, sobretudo viaturas na altura da apreensão, tinham um valor e depois de tanto tempo perderam o valor que tinham. Neste caso concreto, há viaturas que, nesta altura, de certeza, estão todas estragadas”, refere.

# 30

**Número de imóveis** do antigo director do Instituto Nacional de Estrada, Joaquim Sebastião apreendidos pela PGR

### ENO CASO DAS EMPRESAS...

Para Albano Pedro, nos casos das empresas arrestadas, o administrador judicial pode contar com o proprietário, porque é este quem conhece os parceiros privilegiados e pode ir prestando assessoria.

O jurista defende ainda que o Estado tem de criar condições para a concretização do plano de negócios, fazendo inclusive os investimentos previstos. “Se estão a administrar e há esta necessidade, o Estado é quem assume. O administrador judicial vai receber este plano e apresentar

e o Estado tem de realizar, porque, caso contrário, se a empresa for a falência, terá de responder pelos danos. O Estado pode, por exemplo, ir buscar uma linha de crédito e colocar à disposição da empresa e o proprietário, caso o desfecho seja a seu favor, passa a estar obrigado diante dos credores que o Estado arranjar”, explica.

Entretanto, os especialistas acreditam que, nesta altura, o Estado não está em condições para atender a estes desafios financeiros, considerando a situação económica do país. “O Estado ganha muito se não interromper a rentabilidade dos negócios, dos imóveis e das empresas. A solução é o Estado manter o ritmo de rentabilidade das empresas, fazer um fundo de maneio e o que restar ficar na conta do proprietário como lucro. O Estado deve agir como um mero administrador. Com esta solução, o Estado não terá de pagar mais nada, todos saem a ganhar, nenhum trabalhador é expulso”, explica Albano Pedro.

Bruno Dissidi chama também a atenção para a necessidade de os

tenção dos seus imóveis, escreveu para esta entidade pública no sentido de ser ele a garantir a manutenção, sobretudo da vivenda de Talantona, mas não recebeu qualquer resposta. “Desde muito cedo, demos conta que havia alguma deterioração de algumas benfeitorias, o jardim estava a degradar, a piscina precisava de limpeza, então pedimos ao Igape para que o senhor Joaquim Sebastião, enquanto proprietário, fizesse a manutenção do imóvel, mas este pedido, infelizmente, nunca foi

# Mercados & Negócios



Mário Marques © VE

Conselho de Administração  
da Sonangol apresenta  
balanço provisório de 2019

FACE À REDUÇÃO DOS CUSTOS OPERACIONAIS

## Sonangol com lucros na ordem dos 5.400 milhões USD

**BALANÇO PROVISÓRIO.** Administração da petrolífera estatal reforça a necessidade de a companhia abdicar dos negócios fora do segmento nuclear e justifica a entrada em áreas não core, como a Unitel, não só por serem atractivas, mas também por serem um “capital importante” para o país. Companhia de telecomunicações rende à petrolífera 1,2 mil milhões dólares.

Por Antunes Zongo

# A

Sonangol reduziu os custos em cerca de 5,12%, o que permitiu alcançar um EBITDA (lucros antes dos impostos) na ordem

dos 5.400 milhões de dólares.

Durante o ano de 2019, considerado de “positivo” pelo PCA da entidade, Sebastião Martins, a petrolífera viu ainda aumentar os seus proveitos operacionais em cerca de 20%, como resultado do início da produção do projecto Kaombo Sul.

Em conferência de imprensa alusiva ao 44 aniversário da com-

panhia, Josina Baião, administradora executiva da empresa, fez saber que, no âmbito do programa de privatização, a Sonangol alienou vários activos em Portugal, com destaque para a Quinta do Lazareto, que rendeu à petrolífera 13 milhões de euros. O montante, segundo a responsável, representa 45% acima da expectativa inicial.

Os membros do conselho de administração presentes no evento reforçam a necessidade de a companhia abdicar de outros negócios não nucleares, à semelhança do que acontece com os activos em Portugal, mas justificam a entrada em áreas não core, como a Unitel, por exemplo, não só por ser atractivas, mas também por

# 13

Milhões de euros é o montante que a Sonangol encaixou com a venda de uma imobiliária em Portugal

constituem um “capital importante” para o país. Apesar dessa “importância”, garantem que a participação na Unitel, que já rende 1,2 mil milhões dólares, será alienada.

Além dos ganhos registados, os dados da Sonangol referentes a 2019, também dão indicações de passivos que devem ser

corrigidos, como por exemplo a dívida que ronda aos cinco mil milhões de dólares.

A dívida da Sonangol contraída em 2018 foi de 1,9 mil milhões de dólares, tendo ascendido a 2,2 mil milhões durante os primeiros meses do ano passado, face aos pedidos de fundo. No entanto, até ao fim do ano, a dívida reduziu para 755 milhões de dólares.

### INVESTIMENTO EM CIBERSEGURANÇA

Em Junho de 2019, a Sonangol foi alvo de um ataque cibernético, o que levou ao desaparecimento de diversos documentos, sobretudo ligados a facturas e recibos. De acordo com Joaquim Fernan-

des, também administrador executivo, o nível de maturidade dos sistemas informáticos tem um tecto máximo de cinco, explicando que, aquando do ataque, o nível de segurança da Sonangol era apenas de 1,5.

Como forma de prevenção, a petrolífera investiu cerca de dois milhões de dólares para melhorar o sistema, sendo que actualmente encontra-se no nível 2.5. O objectivo, segundo Joaquim Fernandes, é chegar ao nível 4 até Abril próximo.

Depois da invasão cibernética, os técnicos da Sonangol levaram 15 dias para recuperar os sistemas críticos, e a empresa apenas começou a operar integralmente 60 dias depois.

O BNA estima que a venda de moeda estrangeira para o período de Março a Maio será no valor acumulado equivalente a 800 milhões de dólares, salientando que, entretanto, que pode efectuar ajustes em função da evolução das contas externas.

SONANGOL EXPLICA REFORÇO NA TELEFONIA

# Petrolífera defende que não violou acordo parassocial da Unitel



RELATÓRIO E CONTAS

## Arseg multa 11 seguradoras

A Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros (Arseg) instaurou processos de transgressão contra 11 companhias, por não apresentarem os respectivos relatórios de contas referentes a 2018.

De acordo com o comunicado do regulador, a presente transgressão é sanada mediante o pagamento de uma multa, que no âmbito da lei, está avaliada em 150 mil kwanzas a 150 milhões de kwanzas.

Das 11 companhias visadas pelo comunicado destacam-se a Ensa, que é a maior seguradora do país, detendo 38% da quota de mercado; a Mundial Seguros Seguros, a Bonws e a Global.

A Bonws, apesar de não fazer parte do top três das maiores seguradoras, é a que mais cresce entre as criadas em 2010. Em 2017, por exemplo, a companhia arrecadou 4,1 mil milhões de kwanzas, em prémios brutos. Face à dimensão de cada uma das entidades multadas, bem como a capacidade dos técnicos que empregam, o anúncio da Arseg de incumprimento na obrigação de apresentação de relatórios acaba por surpreender a sociedade.



Osvaldo Macaia,  
administrador  
executivo da Sonangol

**REFORÇO DE CAPITAL.** Companhia justifica-se com o resultado da análise de risco legal que realizou e acredita não ter violado o direito de preferência dos outros accionistas da companhia de telecomunicações

Por Fernando Francisco

**A** Sonangol acredita não ter violado o acordo parassocial da Unitel ao realizar o negócio, com a brasileira Oi, que permitiu reforçar a sua posição na companhia de telecomunicação, passando dos 25% para os 50%.

“A Sonangol comprou aos brasileiros da Oi a PT Ventures e não

os 25% na Unitel. Ou seja, compramos a PT Ventures que detém 25% da Unitel. Na análise do risco legal que fizemos, não se coloca qualquer perspectiva de direito de preferência dos accionistas da Unitel porque a alteração de controlo que se operou não é dos 25% da Unitel mas sim a alteração de controlo da empresa que detém os 25% na Unitel”, explicou Osvaldo Macaia, administrador executivo da petrolífera na conferência de imprensa dos 44 anos da empresa.

Admitindo a possibilidade de

# 50%

É a participação actual da Sonangol na UNITEL. Inicialmente, entidade detinha 25%, mas acabou por aumentar sua participação com a compra da PT.

existir “um entendimento no sentido contrário”, assegura acreditar que a Sonangol está “completamente em compliance com aquilo que estabelece a lei das sociedades”. “Fize-

mos a nossa análise de risco legal e achamos que estamos completamente em compliance com aquilo que estabelece a lei das sociedades”, reforçou.

A Sonangol anunciou a concretização do negócio com a Oi na última semana de Janeiro, justificando a decisão com a necessidade de estabilizar e normalizar “as actividades da Multitel e da Unitel, considerando, sobretudo, a importância estratégica desta última para Angola, na medida em que é a maior operadora de redes móveis no país, detendo uma cota de cerca de 80% do mercado de comunicações móveis e de dados, e é um dos maiores empregadores privados do país”.

Entretanto, o modelo do negócio realizado provocou algumas interrogações visto que a entrada da Oi na estrutura accionista da Unitel também aconteceu por via da aquisição pela Oi da PT Ventures, mas os restantes accionistas da Unitel, incluindo a MS Telecom (empresa da Sonangol) consideraram que aquele negócio feriu o acordo parassocial, estabelecido a 15 de dezembro de 2000.

No ano passado, a justiça angolana deu razão aos três accionistas, considerando que “os activos alienados a um terceiro, estranho ao elenco accionista inicial, revela uma possibilidade eminente de violação do acordo parassocial e do direito de preferência dos requerentes”.

Com a aquisição da PT Ventures, a Sonangol passa a deter de forma indirecta 50% da Unitel, visto que os outros 25% detém por via da MS Telecom. Desde a realização do negócio entre a Sonangol e a Oi, os outros accionistas (Geni e Vidatel) ainda não se pronunciaram, mas antes manifestavam a intenção de exercer o direito de preferência.

# (In)formalizando

NO MERCADO DO 30

## Comércio suspende matadouros informais

A Inspeção-Geral do Comércio encerrou, no dia 28 de Março, 10 matadouros informais que operavam no 'Mercado do 30', em Luanda, por alegada falta de condições higiénicas e sanitárias.

Os inspectores justificam a suspensão das actividades desses matadouros por "incumprimentos dos requisitos mínimos de higiene para o abate de animais, como a ausência de casas de banho, água corrente, energia eléctrica, bem como de material de biossegurança".

António Inácio, inspector-adjunto, sublinha que até o modo como eram transportados os animais da área de criação aos "matadouros improvisa-

dos" coloca em perigo a saúde dos consumidores.

Também presente no acto de inspeção e fiscalização ao mercado do 30, João Lucas, chefe de secção do departamento sanitária da Inspeção-Geral da Saúde, recorda que os estabelecimentos agora encerrados já receberam visitas e recomendações, em ocasiões anteriores, mas que não acataram.

Para o responsável da Saúde, o não cumprimento dos "princípios básicos tem acarretado" o surgimento de muitas doenças virais e bacterianas, com destaque para a leptospirose e as diarreias agudas. No entanto, os proprietários dos matadouros justificam o não cumprimento das normas com a ausência de financiamento bancário para a construção das casas de banho, a instalação de luz eléctrica entre outros.



EM BELAS

## Jovens formados em gestão de negócios

Cerca de 50 jovens da Zona Verde, em Belas, em Luanda, beneficiaram de um ciclo de formação grátis em matéria de gestão de pequenos negócios e reciclagem, de modo a obterem a sustentabilidade na comunidade.

A formação, que decorreu na escola de Artes Zamba, foi uma iniciativa do grupo 'As Criativas', e teve como base diferentes técnicas de reaproveitamento de garrafas de plásticos, madeira, ferro e pneu, transformando-os em vassouras, chinelos, vasos, brinquedos e mobiliários para venda. Além do reaproveitamento de resíduos, os jovens também aprenderam técnicas de gestão e a abertura de micro empresas.

À imprensa, os formandos agradeceram aos organizadores do evento e manifestaram-se prontos para abrir o próprio negócio. Baptizado por 'Jovem esta é a sua oportunidade', o ciclo formativo teve uma duração de pouco mais de 15 horas e contou com mais de sete formadores.



OFERTA DA COMISSÃO ADMINISTRATIVA DE LUANDA

## Cooperativas recebem kits de pesca artesanal

Oito cooperativas de pesca artesanal da Samba e da Ingombota beneficiam, desde sexta-feira, 28 de Março, de kits para actividade piscatória, atribuídos pela Comissão

Administrativa da Cidade de Luanda (CACL).

Durante o acto de entrega dos kits, compostos por motores para as embarcações, redes, chumbos, boias, entre outros, o vice-governador de Luanda para esfera económica e financeira apelou as cooperativas contempladas para um "melhor uso" dos meios, bem como para estudarem estratégias

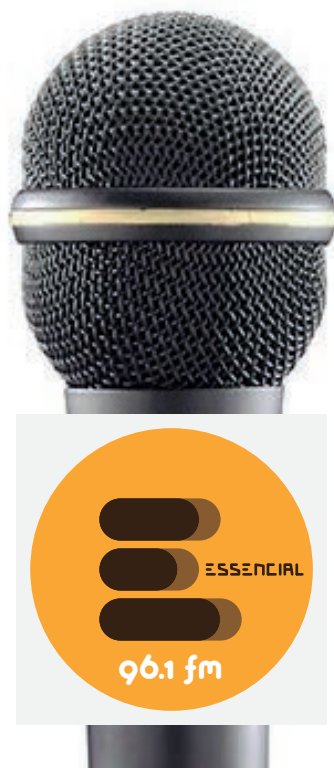
que tornem as cooperativas sustentáveis. Lino Sebastião lembra que, além da Samba e da Ingombota, há cooperativas de pesca em outros municípios de Luanda, sublinhando que estes também beneficiarão de kits semelhantes.

Antónia Nelumba, presidente da comissão administrativa da CACL, incentiva as cooperativas a criarem um fundo de maneio

para a manutenção dos equipamentos. À semelhança do vice-governador da província, Antónia Nelumba recorda que há mais pescadores para fora dos municípios agora beneficiados e que as possibilidades do Governo chegam apenas para atribuir kits a mais alguns municípios, e não para reparar instrumentos danificados.

QUE É  
ESSENCIAL  
NOS DIAS  
DE HOJE?

96.1 fm



## DE JURE

PROPOSTA APRECIADA PELA COMISSÃO ECONÓMICA DO CONSELHO DE MINISTROS

# Lei dos contratos públicos pode tornar-se “menos burocrática”

**CONTRATAÇÃO.** Proposta inclui regime de concessão de obras públicas e de serviços públicos, regime de propostas não solicitadas, consulta preliminar ao mercado e obrigatoriedade de pesquisa de preços, bem como regime sancionatório dos contratos públicos.

Por Redacção

A proposta de lei de alteração parcial da lei n.º 9/16, de 16 de Junho, também denominada Lei dos Contratos Públicos, poderá ser simplificada e imprimir “maior celeridade à tramitação dos actos de contratação pública”, segundo o Governo.

O instrumento jurídico, que foi apreciado na passada semana pela Comissão Económica do Conselho de Ministros, orientada pelo Presidente da República, decorre igualmente da necessidade de melhorarem os procedimentos concursais considerados “burocráticos e complexos”.

A alteração do documento propõe-se assim introduzir um conjunto de normas referentes às operações e práticas de mercado, bem como as referentes aos direitos, obrigações e garantias dos operadores de mercado, “de forma a aumentar a confiança e a adequação às boas práticas internacionais”.

A inserção de novas regras na Lei dos Contratos Públicos, segundo uma nota do Ministério das Finanças (Minfin), passa pela criação de um novo procedimento dinâmico electrónico, de um regime de contratações emergenciais, regime de contratos reservados às entidades cujo objecto principal seja a integra-



ção social e profissional de pessoas com deficiência, resolução alternativa de litígios e criação do Centro de Resolução de Conflitos em Contratação Pública.

A proposta de lei inclui igualmente o regime de concessão de obras públicas e de serviços públicos, regime de propostas não solicitadas e consulta preliminar ao mercado, assim como a obrigatoriedade de pesquisa de preços, regime sobre o resgate e sequestro e ainda o regime sancionatório dos contratos públicos.

O processo de alteração da Lei dos Contratos Públicos contou com os contributos de várias entidades envolvidas no processo de contratação pública, como enti-

dades públicas contratantes, com peso significativo no Orçamento Geral do Estado e comprometidas em concretizar a elaboração pontual da Lei dos Contratos Públicos bem como alguns fornecedores e associações empresariais.

A Proposta de Lei, antes de ser apreciada em Conselho de Ministro, foi também submetida à consulta pública, tendo sido realizados ‘workshops’ de auscultação em que ficaram patentes algumas recomendações.

A sessão da Comissão Económica do Conselho de Ministros apreciou ainda outros diplomas com destaque para a proposta de Lei do Regime Jurídico do Cadastro Predial, para além de outros

## MEMORIZE

● A alteração do documento propõe-se assim introduzir um conjunto de normas referentes às operações e práticas de mercado, bem como as referentes aos direitos, obrigações e garantias dos operadores de mercado, de forma a aumentar a confiança e a adequação às boas práticas internacionais.

diplomas ligados ao licenciamento das empresas de construção civil e obras públicas e o regulamento de Avaliação de Impacto Ambiental.

CONTRA ISABEL DOS SANTOS

## Acção principal no Tribunal

A acção contra Isabel dos Santos, no âmbito do processo cível no qual o Estado reclama um crédito superior a mil milhões de dólares, deu entrada esta segunda-feira no Tribunal Provincial de Luanda, segundo fonte judicial.

A acção dá seguimento ao arresto preventivo de contas bancárias e participações sociais da empresária Isabel dos Santos, do marido Sindika Dokolo e do gestor Mário Leite da Silva, decretado pelo Tribunal Provincial de Luanda, em Dezembro, indicou à Lusa fonte da Procuradoria-Geral da República (PGR).

Em 31 de Dezembro de 2019, o Tribunal de Luanda, além das contas bancárias pessoais, decretou, entre outros, o arresto preventivo das participações de Isabel dos Santos no BFA, BIC, Unitel e ZAP Media.

O despacho sentença proferido na altura dava como provada a existência de um crédito para com o Estado num valor superior a mil milhões de dólares, dívida que os requeridos terão reconhecido, mas alegaram não ter condições para pagar, de acordo com o documento.

O arresto era uma medida cautelar e visava garantir que existiam bens para pagar a dívida. Nesta fase do processo, as partes terão oportunidade de apresentar provas que façam valer as suas pretensões ou contestar as acusações de que são alvo”, explicou a mesma fonte.

Em função do desenvolvimento da acção “as partes poderão chegar a um acordo” quanto à resolução do diferendo, adiantou a fonte da PGR.





'GESTOR DO SÉCULO' MORRE AOS 84 ANOS

# Welch, o fim de uma era

**HOMENAGEM.** “Controle o seu destino, ou alguém vai fazê-lo por si”, “seja simpático para todos” e “os burocratas têm de ser ridicularizados e afastados” são algumas das frases cunhadas pelo também prolifero autor de livros de gestão que em 20 anos quintuplicou o valor da General Electric e a tornou numa das mais respeitadas empresas do mundo.

**N**ascido em Novembro de 1935, o “titã da gestão americana” conhecido pelo seu estilo que lhe valeu a alcunha “Neutron Jack” (em referência à bomba de neutrões) morreu aos 84 anos, deixando uma fortuna estimada em 750 milhões de USD e um legado que inclui o

aumento de valor de mercado de 12 mil milhões para 410 mil milhões daquela que já foi considerada três vezes a empresa com melhor reputação do mundo.

Entrou para a General Electric (GE) em 1960 como engenheiro júnior, depois de se formar em engenharia química na universidade de Ilinóis, quis abandonar a empresa um ano depois por causa do que entendia ser o excesso

de burocracia, mas ficou, e apenas oito anos depois tornou-se no mais jovem CEO a assumir a liderança.

Desmantelou todos os princípios da gestão anterior, iniciou uma cruzada contra a burocracia e instalou um ambiente informal e dinâmico abolindo divisões hierárquicas, num estilo que ficou marcado pela eliminação impiedosa de ineficiências, fecho de fábricas e despedimentos em massa.

Todos os anos despedia 10% dos gestores com menor output enquanto recompensava com bónus os 20% de topo.

Durante a sua vigência a GE levou a cabo mais de 600 aquisições e investiu em mercados emergentes contrariando a lógica de gestão americana instituída e, nos anos 90, Welch adaptou a GE aos desafios da era moderna ao fazer a transição da manufatura para a indústria multibilionária dos serviços financeiros que consubstanciou 40% dos 450 mil milhões de valor de mercado que a GE chegou a atingir.

Criticado mais tarde quando a GE entrou em declínio depois da sua saída, tanto pelo mais caro pacote de reforma da história da gestão, estimado em 420 milhões de USD, como por escândalos associados aos investimentos na defesa e no imo-

bilíario que afastaram a GE do seu core business, Jack ‘Neutrão’ permaneceu uma referência absoluta enquanto guru de gestão.

Conselheiro da maioria dos presidentes americanos, Jack Welch, republicano e céptico quanto ao aquecimento global que descrevia como “o ataque ao capitalismo que o socialismo não conseguiu fazer”, era parte do fórum de negócios montado por Donald Trump para apoio estratégico à presidência em assuntos económicos.

Welch fundou também um programa de MBA de liderança na escola de negócios que adoptou o seu nome e outro online que foi considerado o melhor quatro anos seguidos, o Jack Welch Management Institute e dedicou-se à escrita de livros sobre gestão e liderança que se tornaram bestsellers mundiais como “O MBA da vida real”.

# Opiniões

## Bento Kangamba, mais um teste à Justiça



**César Silveira,**  
Editor Executivo  
Valor Económico

global de 15 milhões de euros, faltando por isso 3 milhões por pagar a uma empresária angolana. Fazem ainda referência que o empresário estava notificado para apresentar-se a 5 de Março. Portanto, não estava impedido de viajar, mas sim obrigado a comparecer no quinto dia deste mês nas instalações da PGR.

Segundo as informações postas a circular, depois da libertação de Bento Kangamba, na audição da segunda-feira (02/03), foi admitido que ocorreu um mal-entendido, ficando concluído que o assunto pode ser resolvido entre as duas partes por via de negociação.

Ora, era difícil a PGR chegar esta conclusão por si mesma, evitando gastos, quando foi esta mesma conclusão a que chegaram inúmeros estudiosos de outras ciências tão logo passaram a estar disponíveis as razões da detenção e os argumentos da defesa?

E se no lugar de Bento Kangamba estivesse um Jean-Claude Bastos de Moraes que decidisse defender os seus direitos até à exaustão nem que isso lhe custasse alguns meses em Viana? E se este Jean-Claude decidisse argumentar que a detenção impossibilitou a conclusão de um negócio de milhões, exigindo, por isso, a reparação dos danos?

É preciso não ignorar a possibilidade de o Estado perder face a processos contra privados, visto que nada impede que a luta na justiça ultrapasse as fronteiras nacionais.

O país está longe da normalidade que alguns acreditam ter-se atingido. Não pode ser normal mover-se uma aeronave com todos os custos que isso representa para o transporte de um detido cujas primeiras explicações sobre as razões da detenção levam muitos dos que não estudaram Direito a perceber que, poucas horas depois, lhe seria devolvida a liberdade como veio a acontecer.

A história sobre a detenção e posterior libertação de Bento Kangamba é a prova de que, se o combate à corrupção não passar por uma estratégia inteligente e cuidadosa, os resultados podem ser negativos tanto em termos financeiros como reputacionais.

A informação justificando a detenção fazia alusão à tentativa de fuga de BK, acusado por crime de burla por fraude. Já a defesa do empresário dava conta do pagamento de 12 milhões de uma dívida



## Auditoria Interna: pensar e agir num contexto de mudança



**Danilson Semedo,**  
Senior Manager  
EY, Advisory  
Services

buto para assessorar estrategicamente as organizações na jornada de transformação digital.

À medida que a mudança acontece, flexibilidade e adaptabilidade são palavras de ordem. As empresas requerem pessoas ágeis, possuidoras de novas competências, mas precisam igualmente de implementar processos internos capazes de responder às novas realidades de forma célere e eficaz.

A acrescer às alterações decorrentes da digitalização das operações, temos assistido a um robustecimento do quadro regulatório. Recentemente, por exemplo, o regulamento europeu sobre privacidade de dados, trouxe novas preocupações à esmagadora maioria das empresas. Assiste-se hoje a um repensar de processos e sistemas operacionais que requer maior agilidade organizacional. É essencial aliar funcionalidade e eficiência à conformidade com as novas obrigações regulamentares.

Neste paradigma de mudança, seja ela trazida por inovação tecnológica, seja ela fruto de alterações legislativas, a função de

Auditoria Interna (AI) não pode ficar de fora. Por um lado, a função tem ela própria de adaptar as suas metodologias e técnicas para estar apta a auditar com sucesso as novas realidades. Com o surgir da inovação, surgem novos riscos e requisitos de compliance a que a função tem de estar atenta. Por outro lado, sendo premissa fundamental e inquestionável da AI a sua independência funcional, a evolução da função e das organizações em geral tem valorizado a sua vertente de aconselhamento estratégico e operacional. Tendo como grande valência o seu olhar abrangente e isento sobre a organização, a Auditoria Interna pode suavizar o processo de transformação organizacional, sensibilizando as unidades de negócio para riscos emergentes e para boas práticas de controlo em diferentes contextos.

O tempo é tudo. Urge alinhar os planos estratégicos da organização com o plano de AI, e assegurar que a função está não só adaptada a este contexto de mudança, como preparada para ser um agente facilitador de todo o processo.



Com o aparecimento e a massificação de novas tecnologias como a inteligência artificial, a robótica, e a analítica, observamos o advento de novos modelos de negócio com crescente influência no nosso quotidiano. Neste contexto, os modelos de governo, de gestão de risco e de controlo interno das organizações desempenham, um papel de relevo no estabelecimento de relações de confiança e de transparência no mercado. Em particular, à Função de Auditoria, terceira linha de defesa na gestão de risco, requer-se o seu contri-



“Hoje em dia, os estudantes perguntam porque é que precisam de estudar economia de mercado.”

# As novas velhas ameaças à liberdade económica



John B. Taylor



**No nosso novo livro, 'Choose Economic Freedom', George P. Shultz e eu indicamos provas históricas claras – e palavras sábias de Milton Friedman, economista galardoado com o Prémio Nobel – para demonstrar porque é que a boa economia leva às boas políticas e aos bons resultados, enquanto a má economia leva às más políticas e aos maus resultados.**

ração do grupo em 1997, que referia que “a obrigação primordial da gestão e dos conselhos de direcção é para com os accionistas da empresa; os interesses de outras partes interessadas serão relevantes apenas como interesses derivados da obrigação para com os accionistas”. Além disso, como justamente assinalava essa declaração, a ideia de que um conselho de administração “tenha de equilibrar os interesses dos accionistas com os interesses de outras par-

tes” é simplesmente “irrealizável”.

Depois do desaparecimento da União Soviética, os estudos de casos reais que demonstravam os perigos da excessiva intervenção governamental e do planeamento centralizado foram esquecidos. Já não existem debates sobre como os planos de imposição central poderiam levar uma fábrica soviética a completar o objectivo com a produção de uma cavilha de 500 quilos, em vez de 500 cavilhas de um quilo. Três décadas depois da queda do Muro de Berlim, é compreensível que os alunos das licenciaturas actuais não estejam familiarizados com os riscos dos desvios aos princípios de mercado.

É por isso que precisamos de ensinar história. O que foi dito no passado é frequentemente a melhor resposta aos renovados apelos em favor do socialismo. Na sua introdução à Edição do 50º aniversário de ‘O Caminho da Servidão’, de Friedrich Hayek, Friedman salientou que o livro era “essencial para qualquer pessoa verdadeiramente interessada em política, no sentido mais lato e menos partidário, um livro cuja mensagem central é intemporal e que se pode aplicar a uma grande variedade de situações concretas. De certo modo, é mais relevante para os EUA de hoje do que em 1944, quando a sua publicação original fez sensação”.

Em 2020, o livro é ainda mais relevante. A sua mensagem central é que os benefícios dos preços determinados pelo mercado e os incentivos que estes proporcionam excedem

em muito tudo o que poderia provir do planeamento central e dos preços administrados governamentalmente. No ensaio de 1945 ‘A utilização do conhecimento na sociedade’, Hayek explicou que o problema da optimização do uso dos recursos disponíveis numa economia “pode ser mais bem formulada numa forma matemática: as taxas marginais de substituição entre duas mercadorias ou factores têm de ser idênticas em todas as suas diferentes utilizações”. Mas, apressou-se a adicionar “isto não é decididamente o problema económico que a sociedade enfrenta”, porque “os ‘dados’ a partir dos quais se inicia o cálculo económico nunca são para a sociedade no seu todo”.

Hoje em dia, os estudantes perguntam porque é que precisam de estudar economia de mercado. Com a inteligência artificial e a aprendizagem automática, não serão os governos capazes de distribuir as pessoas pelos empregos mais adequados e garantir que todos recebem o que querem? A velha resposta de Hayek a este tipo de questão ainda é a melhor. Esta não é a primeira vez que o sistema político norte-americano tem guinado no sentido de expansões maciças do poder e da despesa governamentais. Em 1994, Friedman, num artigo do New York Times, lamentava que “a maioria da comunidade intelectual é quase automaticamente favorável a qualquer expansão do poder governamental, desde que seja publicitada como um modo para proteger os indivíduos das grandes e malvadas corporações, para aliviar a pobreza,

para proteger o ambiente ou para promover a ‘igualdade’.

Felizmente, ainda existem muitas maneiras para alargar a liberdade económica e para protegê-la de interferências renovadas. O que tem de ser recordado é que os programas governamentais têm custos e benefícios. Não existem somente deficiências no mercado, mas também existem deficiências no governo. E existem na realidade remédios privados para externalidades económicas. Mas para que os mercados possam funcionar, e caso se pretenda atingir a eficiência e a liberdade na economia, o primado da lei tem de ocupar uma posição central e têm de ser implementadas regras claras de política monetária e fiscal.

Adicionalmente, uma profusão de novos dados pode ajudar hoje a demonstrar mais amplamente os benefícios da liberdade económica. As classificações ‘Index of Economic Freedom’ da Fundação Heritage, ‘Economic Freedom of the World’ do Instituto Fraser e ‘Doing Business’ do Banco Mundial são publicadas anualmente. No conjunto, estes relatórios demonstram que os resultados económicos bons e maus estão relacionados com políticas boas e más. As histórias por trás dos dados são fascinantes e podem dizer o que funciona e o que não funciona.

Mas mesmo que eliminemos toda a argumentação contra a liberdade económica, continuarão a existir obstáculos à sua realização. Para evoluirmos, teremos de pôr em prática as ideias da liberdade económica. Caso contrário, como Friedman expôs, em 1994, “não exageraremos muito se dissermos que defendemos o individualismo e o capitalismo concorrencial, mas praticamos o socialismo”. Para cumprirmos esta tarefa, as pessoas têm de ser claras sobre os princípios, explicá-los, lutar por eles e decidir quando e em que grau pretendem comprometer-se com os mesmos princípios.

**Professor de Economia da Universidade de Stanford.**

**É** difícil conseguir-se uma liberdade económica: temos de estar sempre atentos a novos obstáculos. Muitos destes não passam de argumentos que rejeitam as ideias fundamentais para a liberdade económica: o estado de direito, as políticas previsíveis, a confiança nos mercados, a atenção aos incentivos e as limitações ao governo. Quando uma ideia não parece funcionar tem de ser substituída. Portanto, defende-se que o estado de direito deveria ser substituído por acções governamentais arbitrarias, que a previsibilidade das políticas é sobrevalorizada, que os decretos administrativos podem substituir os preços de mercado, que os incentivos não são realmente significativos e que o governo não precisa de ser refreado.

Estes obstáculos eram comuns nas décadas de 1950 e 1960, quando o socialismo crescia por toda a parte. Muitos tentaram impedir esta tendência e muitos foram bem-sucedidos. Mas agora reaparecem os mesmos obstáculos. Por exemplo, existem apelos renovados a coisas como o licenciamento ocupacional, as restrições à determinação de salários e de preços ou as intervenções governamentais no comércio e nas finanças nacionais e internacionais.

Até a ‘Business Roundtable’ está a tomar partido, tendo anunciado em Agosto do ano passado que as empresas dos EUA partilham “um compromisso fundamental com todas as partes interessadas”, que incluem clientes, funcionários, fornecedores, comunidades e, em último lugar, os accionistas. Isto representa um afastamento significativo da decla-

# Marcas & Estilos



'WINE CLUB' JUNTA MARCAS EM LUANDA

Por Guilherme Francisco

## Produtores de vinho acreditam no mercado angolano

**VINHOS.** Crise económica não inibe os importadores e representantes de marcas de vinho de entrarem no mercado angolano, considerado “fértil e promissor”. Há manifestação de muitas empresas italianas em estabelecerem parceria com as angolanas no ramo.

Várias marcas de vinhos portugueses, italianos e argentinos estiveram expostas para degustação no Wine Club, evento que “proporciona aos amantes de vinho, de cultura e artes, e aos homens de negócios, um momento para relaxar, para viajar ao surpreendente mundo dos vinhos e deleitar-se do melhor da arte, desde a pintura à música, passando pelas artes performativas.”

Rodeados por volta de diferentes sabores, os participantes falaram sobre a produção, comercialização, trocaram visões sobre o mercado actual a nível de Angola, bem como abriram portas para futuras parcerias.

*Entre as marcas expostas para degustação esteve a Couteiro-Mor, produzida em Alentejo, Portugal, pertencente ao angolano Hironдино Garcia.*



Sebastião Vemba, à esquerda, Elizabeth Merlino e Hironдино Garcia

## O mentor do 'Wine Club'

Sebastião Vemba é jornalista desde 2005. Teve o primeiro contacto com o mundo dos vinhos em 2010 e, desde 2014, escreve regularmente sobre vinhos na revista Economia & Mercado. Também escreveu, em 2019, artigos para o jornal Valor Económico. Desde 2015 faz parte do Clube Vinhos de Portugal-Angola. Em 2018 e 2019 foi jurado internacional do Concurso Vinhos de Portugal. Desde Setembro de 2019 apresenta o programa radiofónico semanal 'Taça Cheia' sobre vinhos, turismo gastronómia, arte e cultura e outros temas afins, na emissora 96.1 FM, Rádio Essencial.



Entre as marcas expostas para degustação esteve a Couteiro-Mor, produzida em Alentejo, Portugal, pertencente ao angolano Hironдино Garcia. Detentora do prémio 'Boa Compra', a marca está a conquistar o mercado americano e chinês, depois da proeza na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Há mais de cinco anos no ramo, não deixa de apostar na venda no mercado angolano apesar da dificuldade enfrentada pelos parceiros no pagamento. A empresa tenciona dominar o mercado nacional nos próximos tempos, ao vender vinhos de qualidade "a preços que qualquer pessoa pode ter acesso."

Já a Itália deseja sementar presença no mercado angolano, bastante importante, segundo a promotora de vinhos Elizabeth Merlino. A promotora está em Angola em busca de parceiros para as várias pequenas e médias

empresas produtoras de vinhos no Sul e Norte desse país europeu, interessadas em estabelecer parcerias com empresários nacionais para entrarem no mercado. Há dois meses a divulgar as diferentes marcas italianas, identificou na classe média angolana "grande interesse" pelos vinhos italianos, o que a leva a acreditar no sucesso das marcas no país.

Quando à produção de vinho no país, não consta dos projectos das empresas italianas nem do empresário angolano Hironдино Garcia, pelo facto de implicar elevados custos na transferência da tecnologia para a produção e pela ausência de incentivos. Entretanto, enquanto em Angola o clima económico e as políticas não são favoráveis, de acordo o empresário, "a produção de qualidade no Alentejo por exemplo permite a comercialização a bom preço a qualquer parte do mundo."



# Marcas & Estilos



## AUTOMÓVEL

### Exclusivo no detalhe

Com faróis poligonais dotados de luzes diurnas, a grade hexagonal do novo Hyundai i20 apresenta extensão no conjunto óptico. O pára-choques traz molduras laterais, dando um ar mais desportivo. A assinatura exclusiva destaca a postura. A linha de caracteres enfatiza a agilidade. O novo i20, que será apresentado em Genebra ainda este mês, com mais detalhes do motor e do interior, tem traseira é complementada com um design de facha horizontal, que é perfeitamente conectado ao vidro traseiro.

## RESTAURANTE

### Além do agradável

O La Vigia, no centro da cidade, apresenta um menu variado, num ambiente fantástico. Aliás, é um dos restaurantes mais frequentados devido à excelente relação entre o preço e a qualidade. É um pátio grande, mas simples, com a famosa churrasqueira de carvão ao ar livre. Dentro, há mais uma sala coberta e climatizada, para não fumadores, proporcionando o maior conforto possível. É onde o almoço, além de agradável e descontraído, tem o sabor eclético. Quem por lá passou garante que é no La Vigia onde se pode saborear o melhor peixe grelhado de Luanda. Aos fins-de-semana, pode servir de destino para a família e o seu estômago agradece.



## Lendas icónicas

Conheça o novo e feroz ajudante. Feito a partir de couro 100% Premium Napa Sheepskin. Somos famosos por esta lenda entre os couros. Icónico de mangas com nervuras, painéis acolchoados, além de uma silhueta V que a torna ainda mais clássica.



## Oportunidade que Kuia

Esta peça faz parte da colecção totalmente independente, exclusiva e com identidade própria. A Lenny Niemeyer foi buscar os tons quentes e fortes e os nomes da Arábia, Norte de África e influências da Ásia exótica, demonstrados nos padrões florais.



## Sonos fascinantes

Satisfaça o desejo dos seus filhos com esta cama fabulosa, vai emocioná-los para os próximos anos. É um sonho tornado realidade para crianças em qualquer parte do mundo. O design de cortinas acastanhadas é espectacularmente fascinante.

## LIVROS



'O CATADOR DE BUFUNFA' é a obra de Roderick Nehone, que se insere num dos mais antigos e ricos filões da literatura angolana moderna: a utilização de Luanda como espaço geográfico privilegiado, para não dizer único, da história narrada.



'MEMÓRIAS PÓSTUMAS DE BRÁS CUBAS', de Machado de Assis, retrata a escravidão, as classes sociais, o cientificismo e o positivismo da época, chegando a criar, inclusive, uma nova filosofia: o Humanitismo, sátira à lei do mais forte.

## AGENDA

### LUANDA

#### 4 DE MARÇO

Cine Rede: 'Lúcia No Céu Com Semáforos', na Casa Rede, às 19 horas. Entradas gratuitas.

#### 6 DE MARÇO

Inauguração da exposição colectiva 'Emancipação', na Galeria Tamar Golan, pelas 18 horas.

#### 7 DE MARÇO

1.ª Edição do Kianda Jazz Night com os músicos Gari Sinedima, Katiliana e Aylasa Tchopilica, no Espaço Cultural Brasil-Angola, a partir das 19 horas. Ingressos a 4.000 kwanzas.

#### 7 DE MARÇO

O colectivo de artes Twabixila apresenta a peça 'Batata Quente', no auditório da casa de cultura do Rangel Njinga A Mbande. Pelas 19h30. Bilhetes a 2.000 kwanzas.

#### 10 DE MARÇO

As embaixadas da Bélgica e da RDC em Angola realizam o concerto do grupo musical Rumba Music, no Centro Cultural Brasil Angola (CCBA), às 19h30.



O estudo projecta “uma redução do habitat disponível para muitas espécies” devido às alterações climáticas.

ESTUDO DA OKEANOS E DO INSTITUTO DO MAR DE PORTUGAL

# Alterações climáticas ameaçam o mar profundo do Atlântico Norte

**ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS.** Projecções apontam para “uma diminuição significativa do habitat disponível para corais de águas frias e uma acentuada deslocação do habitat de peixes de profundidade para norte”.

As alterações climáticas “ameaçam o mar profundo do Atlântico Norte” e os seus ecossistemas e no futuro o habitat disponível para os peixes e os corais de profundidade ficará “reduzido significativamente”, alerta um estudo científico.

“As nossas projecções indicam que no futuro o habitat disponível quer para os peixes, quer para os corais de profundidade será reduzido significativamente essencialmente na parte sul do Atlântico Norte, onde a região dos Açores está incluída”, afirmou esta quarta-feira o investigador Telmo Morato, em entrevista à agência Lusa.

Telmo Morato é investigador do Instituto do Mar (IMAR) e do centro OKEANOS da Universidade

dos Açores que está vocacionado para o estudo dos recursos vivos marinhos no arquipélago açoriano.

A equipa do Okeanos “lidera o trabalho científico que projecta os impactos das alterações climáticas no habitat disponível para corais de águas frias e peixes de profundidade com interesse comercial”, segundo explicou.

O trabalho, publicado na revista científica internacional *Global Change Biology*, desenvolveu-se no âmbito dos projectos de financiamento europeu ATLAS e SPONGES, cujo objectivo é melhorar o conhecimento dos ecossistemas do mar profundo do Atlântico Norte e apoiar o desenvolvimento de políticas de gestão para o uso sustentável dos oceanos.

“Nós lideramos este trabalho que é composto por 58 investigadores de toda a Europa, incluindo da América do Norte, dos Estados

Unidos e do Canadá, onde avaliamos quais estão a ser e quais serão os impactos das alterações climáticas no mar profundo, nomeadamente naquelas espécies que constroem um habitat, como por exemplo, os corais de profundidade, mas também nas espécies de peixe, em algumas com interesse comercial”, explicou.

Segundo o trabalho científico, “as tendências actuais das mudanças climáticas poderão colocar em risco mais de 50% do habitat de

# 50

Por cento do habitat de corais de águas frias do Atlântico Norte poderá mudar até 1.000 quilómetros para Norte.

corais de águas frias do Atlântico Norte, enquanto o habitat disponível para peixes de profundidade com interesse comercial poderá mudar até 1000 km para norte. Estas projecções podem afectar significativamente o sector pesqueiro e as comunidades que dependem dessas espécies”.

As projecções apontam para “uma diminuição significativa do habitat disponível para corais de águas frias e uma acentuada deslocação do habitat de peixes de profundidade para norte”.

A região dos Açores está incluída no estudo “e grande parte das projecções que são feitas para o Atlântico Norte aplicam-se também ao arquipélago, nomeadamente esta migração para norte das espécies de peixe e a redução do habitat disponível para muitas espécies de corais”, referiu ainda o investigador. “Não quer com isso dizer que se

vá perder todo o peixe de interesse comercial nos Açores. O estudo alerta é que ao haver um aumento da temperatura do oceano no mar profundo e do pH, as espécies de corais e de peixes terão tendência de procurar zonas onde o habitat lhes é favorável”, sublinhou o investigador.

Do ponto de vista dos corais, o estudo projecta “uma redução do habitat disponível para estas espécies” devido às alterações climáticas.

“A pesca também tem um impacto grande, mas caso não sejam tomadas medidas para a redução da pegada ecológica, nomeadamente para as emissões de dióxido de carbono para a atmosfera, os oceanos, em geral, e o mar profundo, em particular, serão altamente afectados. E, a verdade é que as alterações climáticas são a maior ameaça para o mar profundo e para as espécies que lá habitam”, alertou o investigador.

## NÚMEROS DA SEMANA

41,6%

**Aumento das receitas** fiscais da comercialização de diamantes, em Angola, anuncia a SODIAM.

30

**Milhões de kwanzas** é o valor do prejuízo registado em 2019 pela Rede Nacional de Transporte de Energia, no Bengo.

65%

**Das unidades orçamentais**, com financiamento público, submeteu os relatórios de 2018 à fiscalização do Tribunal de Contas.

32

**Mil milhões de kwanzas**, montante do crédito malparado recuperado pelo Banco de Poupança e Crédito (BPC).

## DE ACORDO COM A EXX AFRICA

## Falta de apoio americano pode aumentar austeridade

O director da consultora EXX Africa avisa que o Governo deverá, nos próximos dias, ver-se forçado a aumentar a austeridade defendida pelo FMI, face à recusa dos empresários norte-americanos de investirem no país.

Num documento enviado a clientes de todo mundo, Robert Besseling refere que os Estados Unidos “se tornaram relutantes em envolver-se mais em Angola”, observando que os seus “investidores têm preferido manter-se longe do sector bancário e das privatizações”.

Apesar da aparente colaboração dos Estados Unidos com o Governo de João Lourenço, manifestada sobretudo por mais altos governantes daquele país, os norte-americanos “ainda nada fizeram de substancial” para mitigar os efeitos da escassez de dólares, que tem precipitado o aumento nos preços dos produtos.

Para contornar a crise, embora sem liberalizar o dólar, o Governo esperava “mais investimento norte-americano nos sectores do gás e petróleo como alternativa aos empréstimos chineses”, o que até ao momento não passou de simples promessas.

Entre outras, Robert Besseling manifesta-se céptico que Angola possa vir a registar mais receitas, sublinhando que a hipótese de isso acontecer será por via de mais ajuda “financeira multilateral ou com a venda de activos petrolíferos”. E essas soluções, associadas à falta de investimento norte-americano, poderão, na perspectiva do analista económico, dificultar ainda mais a vida dos angolanos.

“Nos próximos três anos, a Sonangol deverá vender muitos dos seus blocos nas bacias do Namibe e Congo, apesar de a produção estar a cair, mas há grande esperança de que a venda de 30% da Sonangol possa ter mais sucesso, com as petrolíferas internacionais a avançarem para activos vendidos a preço de desconto”, sublinha chamando a atenção para aumento de desconfiança internacional de que as empresas de políticos domésticos tenham “tratamento favorável” no processo de alienação.



Mário Marques © VE



## 4ª OPERADORA DE TELECOMUNICAÇÕES

## Governo convida 12 empresas, mas Africell concorre sozinha

**A** operadora Africell Holding SAL é a seleccionada do concurso para a atribuição do 4º Título Global Unificado para Prestação de Serviço Público de Comunicações Electrónicas.

A companhia foi, no entanto, a única a submeter a candidatura das 12 seleccionadas e convidadas pelo Governo para as sessões de promoção. Além da Africell, a MTN da África do Sul foi a outra companhia de telecomunicações que adquiriu as peças do concurso, enquanto o BAI Investimento completou o leque das únicas três que investiram na compra dos documentos. No entanto, apenas a Africell marcou o passo seguinte, ou seja foi a única a submeter a candidatura na plataforma electrónica do serviço nacional de pública.

Uma representação da tese da empresária angolana Isabel dos Santos, que, no ano passado, ao VALOR, na sequência do anulado concurso ganho pela Telstar, apontava as “tarifas tão baixas” como a principal razão pela qual as operadoras internacionais não se interessaram pelo mercado angolano. Para além, de considerar a “rentabilidade muito baixa” é agravada pela importação de tecnologia. “As operações das operadoras móvel tem 70% do seu custo fixo na base

dólar e euro, são tecnologias importadas, estamos a falar de licenças pagas anualmente em euros”, justificava a ex-PCA da Unitel.

Por sua vez, o trade marketing Daniel Silva crê que “a instabilidade económica” contribuiu para que as empresas estrangeiras não se candidatassem.

A empresa vencedora anunciou em Setembro de 2019 que tinha disponível cerca de 300 milhões de dólares para investir no primeiro ano de actividade em Angola. Na ocasião, o ceo da companhia, Ziad Dalloul prometeu, em caso de vencer o concurso, praticar preços inferiores aos actuais, bem como “expandir os serviços para áreas rurais, fornecer serviços melhores e mais rápidos de internet”.

Com 18 anos de actividade no sector das telecomunicações e presente na Gâmbia, RDC, Serra Leoa e Uganda, a operadora conta com mais de 12 milhões de clientes e deverá, nos próximos dias, submeter a proposta técnica e financeira, para análise e avaliação por parte da Comissão de Avaliação para a conclusão do processo.

A candidatura ao concurso teve início a 30 de Setembro de 2019 e encerrou a 22 de Janeiro de 2020, depois de o Presidente João Lourenço anular o concurso anterior ganho pela empresa angolana Telstar, por alegados incumprimentos do caderno de encargos.